

Expedições Militares do Brasil a Angola

General JOÃO PEREIRA DE OLIVEIRA

Em que pese a não serem poucos, senão sem conta, mesmo na grande massa dos indivíduos cultos, ou julgados tais, os que, entre nós, estão na crença de ter sido a que mandamos a tomar parte nas operações na Itália, durante a última conflagração do mundo, a primeira expedição militar nossa a atravessar o Atlântico, a verdade é que, antes dela, já duas o haviam feito.

Tenho por necessário que se não deixe mergulhar no olvido êsses dois sucessos, em primeiro lugar, porque servem ambos, também, para fazer prova de nossa audácia e abnegação, e, além disso, porque, quando um povo livre chega à miséria de esquecer o nome e os feitos dos antepassados, êsse povo já não é digno dos benefícios dessa liberdade.

A primeira expedição nossa a que coube a glória dessa travessia, foi a que enviamos, em 1645, a reconquistar Angola, que fôra ocupada pelos holandeses. Essa expedição, que era comandada pelo governador do Rio de Janeiro, Francisco de Souto-Maior, chegou a Quicombo, em Angola, aos 26 de julho do mesmo ano, e ali desembarcou no cabo Ledo, onde se construíram dois redutos.

Desgraçadamente, malogrou-se essa tentativa de reconquista da possessão lusa, não obstante a vitória alcançada por Gaspar Borges de Madureira, contra os holandeses e os pretos da rainha Ginga, e isto em virtude de haver enfermado e morrido, em 1646, o bravo chefe da expedição.

A segunda, foi a que daqui zarpuu aos 12 de maio de 1648, dois anos, portanto, após a primeira. Comandava-a o ínclito general Salvador Correia de Sá e Benevides.

Salvador Correia, que era filho de Martim de Sá e neto de Salvador Correia de Sá, nasceu no Rio de Janeiro, em 1594, e assinalados foram os serviços que prestou à Pátria.

Compunha-se a expedição de 900 homens de desembarque, alistados no Rio de Janeiro, e de quinze navios: seis dêles fretados no Rio; quatro, adquiridos pelo próprio Salvador Correia, com dinheiro seu; e cinco, mandados de Bahia, pelo conde de Vila Pouca de Aguiar.

Ao cabo de dois meses de uma viagem fadigosa e longa, chegava a expedição, enfim, a Quicombo, aos 12 de julho de 1648; e, aos 15 de agosto, desembarcava perto de São Paulo de Loanda, de onde marchou sobre o forte de Santo Antônio.

Com a aproximação dos nossos, os holandeses retiraram-se dessa posição, encaçados por Salvador Correia, que penetrou na cidade.

De posse do forte Santo Antônio, o intêrrito Salvador Correia retirou a artilharia que ali se achava, adicionou-lhe quatro peças que levava de bordo de seus navios, deu início ao assédio da fortaleza do morro de São Miguel, onde o inimigo se concentrara, e, aos 17 do mesmo mês, levou a efeito vigoroso assalto contra a posição.

A resistência oferecida pelo inimigo à força expedicionária brasileira de Salvador Correia foi tão encarniçada, que, dos 900 homens que a constituíam, 160 foram feridos e 163 ficaram mortos. Isto não obstante, os nossos mantiveram as suas posições diante da fortaleza, determinados a renovar o ataque no dia seguinte, o que, felizmente, não se fez mistér, por ter o inimigo proposto capitulação.

Esta foi assinada no dia 21 de agosto de 1648,

na própria fortaleza de São Miguel. E grande foi a surpresa do adversário, após o desarmamento, quando verificou a desproporção entre as tropas de Salvador Correia e as suas, que somavam, então, 1.100 europeus — holandeses, franceses e alemães — afora os negros.

Depois da tomada da fortaleza de São Miguel, destacou Salvador Correia dois navios para Benguela, que se rendeu sem resistência.

E, dessarte, mercê da ousadia e abnegação dos nossos, e, sobretudo, da fulgente atuação do insigne Salvador Correia, voltou todo o reino de Angola ao domínio de Portugal.

Infelizmente, o prêmio que recebeu, mais tarde, o grande Salvador Correia, por essa façanha extraordinária, que o coloca, sem nenhum favor, entre os varões mais respeitáveis da história pátria, foi condenarem-no, com a queda do marquês de Castelo Melhor, ministro de Afonso VI, a dez anos de degrêdo, em África.

Essa iníqua pena, aliás — e ainda bem — não a cumpriu êle, à vista de se haver conseguido, embora a não pequeno custo, que continuasse como prisioneiro em Portugal mesmo, a princípio, em um convento, e, depois, em sua própria casa, onde permaneceu nessa situação, até que D. Pedro II, vigésimo terceiro rei lusitana, o reintegrasse no Conselho Ultramarino, após havê-lo reposto no pleno gôzo da liberdade a que fazia jus.